Jornal do Senado
www.senado.leg.br/jornal
Ano XXIII — Nº 4.778 — Brasília, terça-feira, 26 de setembro de 2017

Regras para Uber e reforma política podem ser votadas

Senadores podem decidir, a partir de hoje, sobre pedido para votar com urgência e em Plenário projeto polêmico que regulamenta aplicativos de serviços de transporte

O Plenário do Senado deve votar nesta semana dois requerimentos de urgência. Um deles é sobre projeto que regulamenta aplicativos de transporte como Uber, Cabify e 99. O texto, que prevê autorização prévia da prefeitura para funcionamento do serviço, está em análise na Comissão de Constituição e Justiça, mas, se ganhar urgência, pode ser votado diretamente no Plenário.

O outro requerimento pede urgência para votação de projeto que altera a representação dos estados na Câmara dos Deputados. A proposta mantém a quantidade de cadeiras, mas altera a distribuição das bancadas. O Pará, por exemplo, ganharia quatro vagas de deputados.

A pauta do Plenário também reúne um conjunto de projetos sobre reforma política. Entre eles, uma proposta que cria um fundo especial para financiamento de campanhas. 3

especial cidadania

Pedro França/Agência Senado

Experiência de Raimundo Gomes, que trabalha como garçom, é exceção

Ressocialização de detentos pelo sistema prisional é baixa

Poucos presos condenados no Brasil têm acesso à ressocialização, alertam especialistas. Previstas na Lei de Execução Penal, as ações de ressocialização chegam a um número pequeno de detentos. Apenas 20% trabalham e 13% estudam. No Senado, dois projetos buscam oferecer oportunidades dentro do sistema prisional. Um deles institui o cultivo de hortas orgânicas nos presídios. O outro estabelece a redução da pena por meio da leitura de livros. 4 e 5

Audiência discute hoje pesquisa agropecuária 7

Projeto regula destinação do óleo de cozinha 6

Colegiado analisa sinal de celular em rodovias 7

Jefferson Rudy/Agência Senado

O senador Roberto Muniz *(3º à esq.)* conduz audiência pública na Comissão de Educação a respeito do Pronatec

Pesquisador: Pronatec precisa ter teste de aptidão

Em audiência na Comissão de Educação, o chefe da Assessoria Técnica da Presidência do Ipea, Lucas Ferreira Mation, afirmou que um teste de aptidão inicial ajudaria a reduzir os índices de evasão do Pronatec. De acordo com os debatedores, muitos alunos desistem no meio do curso técnico ao se darem conta de que não gostam da área escolhida. Segundo Mation, o teste inicial apontaria os cursos mais indicados para cada novo aluno. Os participantes da audiência também citaram a importância dos cursos de formação inicial. 8

Lei precisa dar dignidade ao trabalhador, dizem debatedores

Especialistas pediram ontem uma legislação trabalhista que respeite a dignidade do trabalhador, durante debate na Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho. O estatuto é uma proposta de Paulo Paim para substituir a recém-aprovada reforma, que entra em vigor em novembro. Ele prometeu a primeira versão do estatuto para 1º de maio. 7

Geraldo Magela/Agência Senado

Paulo Paim *(2º à esq.)* em audiência pública que discutiu uma nova lei trabalhista

Comissão debate royalties sobre mineração com Minas e Pará

A comissão mista da medida provisória que muda alíquotas da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, que são os royalties cobrados das empresas de mineração, faz audiência hoje com representantes do Pará e de Minas Gerais. 6

Fechamento de bancos postais dos Correios será discutido hoje

O fechamento de 1,3 mil agências de bancos postais dos Correios será tema de uma audiência hoje da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Para Fátima Bezerra, as agências são importantes porque promovem inclusão bancária em locais distantes. 7

Bandeira toma posse no Conselho Nacional do MP

Jane de Araújo/Agência Senado

Bandeira *(2º à esq.)*, Eunício *(4º à esq.)* e Raquel Dodge entre os empossados

O secretário-geral da Mesa do Senado, Luiz Fernando Bandeira, tomou posse ontem no Conselho Nacional do Ministério Público. A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, deu posse a dez novos conselheiros, em cerimônia que contou com a presença do presidente do Senado, Eunício Oliveira. A indicação de Bandeira para conselheiro foi aprovada pelos senadores no Plenário e ele acumulará as funções. 2

Jane de Araujo/Agência Senado

Recém-empossado no conselho, Bandeira de Mello cumprimenta o presidente do Senado, Eunício Oliveira

Eunício participa de posse de conselheiros do MP

A procuradora-geral, Raquel Dodge, empossou os dez novos membros do Conselho Nacional do Ministério Público, entre eles o secretário-geral da Mesa do Senado, Luiz Fernando Bandeira

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, compareceu à cerimônia de posse dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) para o biênio 2017–2019, realizada na tarde de ontem. A posse ocorreu ontem no Auditório Juscelino Kubitschek, na Procuradoria-Geral da República.

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, que preside o CNMP, deu posse aos novos membros. Ao todo, foram empossados dez conselheiros, dos quais oito entram para o primeiro mandato. Entre eles, está o secretário-geral da Mesa do Senado, Luiz Fernando Bandeira.

Ele foi sabatinado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no final de agosto para a vaga do Senado disputada com Erick Bill Vidigal, atual subchefe-adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República. Na terça-feira da semana passada, Bandeira teve a indicação para conselheiro aprovada pelos senadores no Plenário e acumulará as funções.

— Vejo esse assento no conselho como uma missão que me foi delegada pelos senadores. Nosso papel é ter um olhar externo, crítico, mas colaborativo sobre os problemas do Ministério Público e, ao mesmo tempo, ajudá-lo a atuar em parceria com o Legislativo — afirmou Bandeira.

Fiscalização

O CNMP é encarregado da fiscalização administrativa, financeira e disciplinar do Ministério Público. Reúne-se quinzenalmente e é composto por 14 membros.

Além da procuradora-geral da República, fazem parte do CNMP quatro integrantes do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada um dos seus ramos. Outros três integrantes são do Ministério Público dos estados; dois juízes, sendo um indicado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e outro pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ); dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); e dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, um indicado pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

Consultor legislativo do Senado desde 2004, Luiz Fernando Bandeira foi também diretor-geral da Casa. Foi consultor jurídico do Ministério da Previdência Social e chefe de gabinete do ministro da mesma pasta. Também chefiou o gabinete da Presidência do Senado e exerceu os cargos de advogado-geral e consultor-geral-adjunto.

Bandeira é doutorando em direito administrativo pela Universidade de Salamanca (Espanha) e mestre e bacharel em direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

O secretário-geral também lecionou em diversas instituições de ensino superior, entre elas a Universidade de Brasília (UnB) e a UFPE. É autor ou coautor de quatro livros e possui mais de uma dezena de artigos jurídicos publicados.

Com Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Conselho de Ética decide amanhã se abre processo contra Lindbergh

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar reúne-se amanhã, às 15h, para votar o relatório sobre a denúncia contra Lindbergh Farias (PT-RJ). Ele é acusado de ter quebrado o decoro parlamentar por ações durante reunião anterior do conselho.

A Denúncia 2/2017 foi apresentada por José Medeiros (Pode-MT). Ele argumenta que Lindbergh "impediu a continuidade regular" da reunião do conselho no dia 8 de agosto. Medeiros exige medida disciplinar pelo comportamento do senador petista. Segundo ele, Lindbergh teria "ofendido" e "agredido" os parlamentares presentes, questionado a autoridade do conselho e do presidente do colegiado, além de ter "incitado o tumulto".

A sessão do dia 8 devia sortear o relator da representação, também protocolada por Medeiros, contra seis senadoras que ocuparam a mesa do Plenário no dia da votação da reforma trabalhista. A sessão chegou a ser suspensa pelo presidente do conselho, para restabelecimento da ordem. Essa representação acabou arquivada pelo conselho.

O relator, Airton Sandoval (PMDB-SP), acolheu em seu relatório apenas uma das acusações de Medeiros contra Lindbergh. Ele votou pela procedência das informações da denúncia em relação à "perturbação da ordem das reuniões" e declarou improcedentes as acusações de "abuso de prerrogativas parlamentares", "desacato ao Senado Federal" e "ofensas à mesa e a outros senadores".

Para Sandoval, as notas taquigráficas e os vídeos da reunião demonstram haver indícios de que Lindbergh perturbou a ordem da reunião. Por isso, o conselho deve, segundo ele, instaurar processo disciplinar para apurar a conduta do petista.

Caso o Conselho de Ética aprove o relatório, será instaurado o processo contra Lindbergh, que terá direito a defesa e convocação de testemunhas. De acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, o senador que "perturbar a ordem das sessões ou das reuniões" está sujeito à medida disciplinar denominada "censura verbal".

Comissão debaterá regulamentação da Lei Kandir

A Comissão Mista Especial da Lei Kandir fará amanhã a segunda audiência pública para debater a regulamentação da Lei Complementar 87/1996.

No ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu prazo até 30 de novembro de 2017 para que o Congresso regulamente a Lei Kandir. Se até essa data não for aprovada uma norma com esse objetivo, o Tribunal de Contas da União (TCU) ficará responsável por fazer os cálculos da compensação.

A lei em questão isenta da incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) as exportações de produtos não industrializados. Até 2003, a lei garantiu aos estados o repasse de valores para compensar perdas decorrentes da isenção de ICMS, mas, a partir de 2004, a Lei Complementar 115/2002, embora mantendo o direito de repasse, deixou de fixar o valor. Com isso, os governadores precisam negociar a cada ano com o Executivo o montante a ser repassado.

Foram convidados para o debate o ministro do STF Gilmar Mendes e representantes do Ministério da Fazenda, dos governos estaduais, do Conselho Nacional de Política Fazendária, do TCU, do Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento, da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais e da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal.

A comissão mista é presidida pelo deputado José Priante (PMDB-PA), tem como vice-presidente a senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) e como relator o senador Wellington Fagundes (PR-MT).

Veja ao lado como acompanhar a audiência e participar do debate

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: http://bit.ly/agendaLegislativa

CAE/CI Venda da Eletrobras
8h30 Audiência conjunta interativa com o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, para debater privatização da Eletrobras.

CRA Pesquisa agropecuária
11h Audiência interativa para avaliar demanda, oferta e difusão de inovações da pesquisa agropecuária.

CE Sabatina para a Ancine
11h30 Sabatina de Alex Braga Muniz, indicado para diretor da Agência Nacional do Cinema. Logo após, pauta de 34 itens.

CMA Limite de faixas não edificáveis
11h30 Entre os 10 itens da pauta, o PLS 66/2014, que flexibiliza limite de faixas não edificáveis em rodovias e ferrovias.

CDR Fechamento de bancos postais
13h30 Audiência interativa para discutir o fechamento de agências de bancos postais dos Correios. Entre os convidados, estão os presidentes dos Correios e do Banco do Brasil, e representante dos trabalhadores dos Correios.

PLENÁRIO Sessão deliberativa
14h O PLS 206/2017, que institui o Fundo Especial de Financiamento de Campanha, está na pauta

MP 789/2017 Royalties da mineração
14h A comissão da MP, sobre royalties da mineração, promove audiência interativa com representantes dos municípios mineradores de Minas Gerais, entre outros.

CCT Sinal de celular em rodovias
14h30 Na pauta de 26 itens , turno suplementar do PLS 5/2017, que garante sinal de celular em rodovias, e 22 projetos de concessão de serviços de radiodifusão.

CMO Emendas
14h30 Análise do relatório de atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas 2/2017.

CPMI DA JBS Requerimentos
14h30 Análise de requerimentos

MP 790/2017 Regras para mineração
16h A comissão da MP, sobre novas regras para o setor da mineração, promove audiência interativa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: http://bit.ly/plenarioOnline

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: http://bit.ly/comissoesOnline

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: http://bit.ly/audienciainterativa
• Alô Senado: **0800 612211**
Acompanhe: • Portal e-Cidadania: **senado.leg.br/ecidadania**
• Facebook: **senadofederal** • Twitter: **@agencia_senado**
• TV: **senado.leg.br/TV**

Regras para Uber e alteração nas vagas na Câmara podem ganhar urgência

Plenário também pode votar nesta semana uma série de propostas sobre reforma política, como novo fundo para campanhas eleitorais

Leopoldo Silva/Agência Senado

Plenário pode votar, a partir de hoje, dois requerimentos de urgência e propostas que mudam regras eleitorais

DOIS REQUERIMENTOS DE urgência estão na pauta do Plenário desta semana. Um deles é sobre o projeto que regulamenta serviços de transporte remunerado individual por meio de aplicativos, como Uber, 99 e Cabify. O requerimento (RQS 793/2017) foi apresentado pelo senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE).

O projeto (PLC 28/2017) foi aprovado em abril pela Câmara e traz uma série de exigências para que esse tipo de serviço possa funcionar. Entre elas, está a autorização prévia das prefeituras. O projeto está em análise na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), sob relatoria do senador Pedro Chaves (PSC-MS), mas poderá ser votado direto no Plenário se ganhar o regime de urgência.

Uma audiência pública promovida pela CCT na semana passada mostrou que o assunto é polêmico. Durante o debate, os que defendem os aplicativos afirmaram que a concorrência é benéfica para o consumidor — por oferecer preços mais baixos, diminuir o trânsito e aumentar a oferta de empregos — e se posicionaram contra o projeto da forma como veio da Câmara.

Os taxistas argumentaram, porém, que a regulamentação do transporte por aplicativo torna o mercado mais justo para as duas categorias profissionais e garantirá maior segurança para motoristas e consumidores.

Representação

Outro requerimento de urgência (RQS 785/2017) é para o projeto que altera a representação por estado na Câmara a partir da próxima legislatura (2019–2023). O requerimento foi apresentado por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), também autor do projeto (PLS 315/2016). A proposta leva em consideração a atualização da população brasileira pelo IBGE, feita em 2015.

Na quarta-feira passada, houve uma tentativa de votar o requerimento. Porém, diante da falta de acordo em Plenário, a votação foi suspensa.

O projeto mantém o número de deputados nos atuais 513, mas muda a distribuição quantitativa das bancadas. O Pará é o estado que mais aumenta sua representação, passando de 17 para 21 parlamentares. Outros estados que vão ter maior número de representantes serão Minas Gerais (de 53 para 55) e Amazonas (de 8 para 10). Entre as unidades que diminuem o número de representantes, estão o Rio de Janeiro (caindo de 46 para 43), o Rio Grande do Sul (de 31 para 29), a Paraíba (de 12 para 10) e o Piauí (de 10 para 8).

O texto de Flexa tramita em conjunto com outro projeto, de Reguffe (sem partido-DF), que pretende reduzir para 300 o número de deputados (PLS 251/2015).

Reforma política

O Plenário também deve analisar uma série de projetos sobre reforma política. Um deles é o de Ronaldo Caiado (DEM-GO) que cria o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (PLS 206/2017). Na quarta-feira, Armando Monteiro (PTB-PE), relator do texto, apresentou um substitutivo que extingue a propaganda partidária no rádio e na TV veiculada nos anos sem eleições, mas mantém o horário eleitoral dos candidatos durante as campanhas.

Comissão sobre a JBS deve ouvir procurador e advogado amanhã

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da JBS vai ouvir amanhã, às 9h, o procurador da República Ângelo Goulart Villela e o advogado da JBS Willer Tomaz de Souza.

O procurador foi convocado a depor por ter sido acusado de vender informações aos donos da JBS em troca de suborno, o que levou a sua prisão, em 18 de maio de 2017, durante a Operação Patmos, deflagrada pela Polícia Federal.

O advogado foi denunciado por Joesley Batista, durante colaboração premiada, como cooptador de Ângelo Goulart para agir como infiltrado na força-tarefa da Operação Greenfield — que investigou desvios dos fundos de pensão — em troca de recebimento de suborno com origem na JBS.

Requerimentos

Os integrantes da CPMI reúnem-se hoje, às 14h30, para analisar requerimentos, entre eles, os que pedem a transferência dos sigilos bancário, telefônico e eletrônico do ex-procurador da República Marcello Miller.

Também devem ser analisados pelo colegiado requerimentos sobre os dados telefônicos, com o registro e a duração de todas as ligações do diretor de Assuntos Jurídicos e Corporativos da JBS, Francisco de Assis e Silva, e dos celulares do empresário Joesley Batista e do executivo da J&F Ricardo Saud.

Também estão na pauta da comissão pedidos de levantamento detalhado de todos os empréstimos do BNDES às empresas do Grupo J&F, análises de risco junto ao Banco Central, decorrentes dos empréstimos, e o levantamento de todas as operações de câmbio realizadas por essas empresas.

DÊ SUA OPINIÃO

Projeto prevê que compras em dólar no cartão de crédito fiquem mais baratas

Começou a tramitar projeto que obriga as administradoras de cartão de crédito a usar como taxa de câmbio de compras em moeda estrangeira a taxa PTAX, que consiste na média do valor das cotações do dólar ao longo do dia. Atualmente, cada operadora de cartão de crédito decide qual taxa de câmbio usará. De Paulo Bauer (PSDB-SC), o PLS 342/2017 será votado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde terá decisão terminativa. Se aprovado, poderá seguir para a Câmara sem passar pelo Plenário do Senado, a menos que seja apresentado recurso com esse objetivo.

Qual a sua opinião sobre o projeto? **Vote em**: http://bit.ly/PLS91-2017

- Todas as propostas que tramitam no Senado Federal estão abertas à consulta pública por meio do portal **e-Cidadania**: senado.leg.br/ecidadania
- Comente também na página do Senado no **Facebook**: facebook.com/senadofederal

Ana Amélia critica empréstimos do BNDES a Cuba e Venezuela

Waldemir Barreto/Agência Senado

Ana Amélia (PP-RS) criticou em Plenário empréstimos do BNDES para projetos em Cuba e na Venezuela. Nos dois casos, afirmou, os empréstimos foram feitos por afinidade ideológica pelos governos Lula e Dilma, ignorando requisitos técnicos, e agora é o Tesouro Nacional que pagará a conta.

A senadora também aplaudiu a vitória da chanceler Angela Merkel nas eleições da Alemanha. Segundo Ana Amélia, o sucesso da chefe de governo alemã se deve ao fato de ela tratar a economia com responsabilidade.

Paim: reforma da Previdência só afetará pobres e classe média

Paulo Paim (PT-RS) criticou a proposta de reforma da Previdência, afirmando que as medidas só atingirão os pobres e a classe média. Ele disse que o setor tem R$ 1 trilhão a receber em tributos e sugeriu que a reforma deveria cobrar os bancos e os grandes devedores, além de melhorar a gestão.

O senador disse esperar que os trabalhos da CPI da Previdência convençam a opinião pública de que as reformas não são necessárias.

— Vamos mostrar que a questão da Previdência no Brasil é de gestão, é de fiscalização, de combate à corrupção. Se garantirmos que isso seja feito, nossa Previdência vai dar superavit por décadas.

Impeachment foi meio de parar trajetória do PT, diz Gleisi Hoffmann

Waldemir Barreto/Agência Senado

O impeachment de Dilma Rousseff foi o único instrumento possível para interromper a trajetória de quatro eleições consecutivas do PT, disse ontem Gleisi Hoffmann (PT-PR). Ela ressaltou, porém, que, segundo as pesquisas eleitorais, Luiz Inácio Lula da Silva está perto de voltar a governar o Brasil.

Ao criticar ações do governo federal, como a lei da terceirização e programas de refinanciamento de dívidas tributárias de empresas, a senadora afirmou que o presidente Michel Temer "governa apenas para os ricos, com os ricos e pelos ricos".

Desconfiança e preconceito da sociedade dificultam ressocialização de presos

Especialistas dizem que estudo e trabalho ajudam na reabilitação. No entanto, são poucos os condenados com acesso a essas oportunidades na prisão

Thais Böhm

QUEM VÊ O semblante tranquilo do garçom Raimundo Freitas Gomes, de 45 anos, não consegue imaginar a vida que ele deixou para trás. Antes de chegar à maioridade, as drogas e os roubos o levaram à internação socioeducativa. Aos 18, depois de reincidir, passou para a prisão.

— Um abismo chama outro abismo, e eu fui enveredando por esse mundo obscuro — lembra.

Dentro do Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília, ele começou a se interessar por cursos oferecidos pela Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (Funap), como elétrica predial e instalação e manutenção de placas fotovoltaicas. Em 2008, foi para o regime semiaberto. Em 2011, para o aberto. Empregado na sede da Funap, hoje também é bolsista do curso de direito de uma faculdade particular.

— Estou apostando tudo nessa oportunidade — afirma Gomes.

O garçom comprova que a ressocialização é possível, mas o exemplo dele é apenas uma exceção. Embora a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/1984) tenha na privação da liberdade o instrumento capaz de oferecer ao infrator um intervalo durante o qual reflita sobre seu crime, as condições dos presídios levam ao desperdício desse tempo. Raramente o preso recebe a orientação e a capacitação necessária para o seu retorno à sociedade.

Quando entram nas penitenciárias, os condenados passam a fazer parte de um submundo com regras próprias, dominado por facções, independentemente da gravidade da ação cometida.

— O sistema tem duas escolas: a do crime e a de Deus — sentencia Gomes.

Violência institucional e superlotação de celas são duas formas comuns de violação dos direitos da população carcerária. No Brasil, 622 mil presos se amontoam em apenas 371 mil vagas —um deficit de 250 mil lugares.

Nesse cenário, a ressocialização não é prioridade. Mesmo que as ações educativas e produtivas estejam previstas na Lei de Execução Penal, o número de presos assistidos é pequeno. Apenas 20% trabalham e 13% estudam. A reinserção social se resume às saídas temporárias, concedidas aos presos com bom comportamento, e às visitas de familiares e religiosos.

Saidão

O mecanismo das saídas temporárias, conhecido popularmente como saidão, encontra resistência na sociedade. Num país onde são registrados anualmente 60 mil homicídios e mais de 45 mil mulheres são estupradas, a insegurança faz parte do dia a dia. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 76% da população tem medo de ser assassinada. O sentimento é intensificado quando se anuncia um saidão, normalmente em datas como o Natal e a Páscoa.

Apesar do número de evasões ser pequeno, se comparado ao de presos beneficiados, não existe nenhum tipo de monitoramento sobre como os presos se comportam ao gozar esse direito. Por isso, o senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) quer tornar mais rígidas as regras para as saídas temporárias. O PLS 120/2016 institui para os saidões o uso de tornozeleiras eletrônicas pelos presos condenados por crimes violentos, de grave ameaça à pessoa ou hediondos.

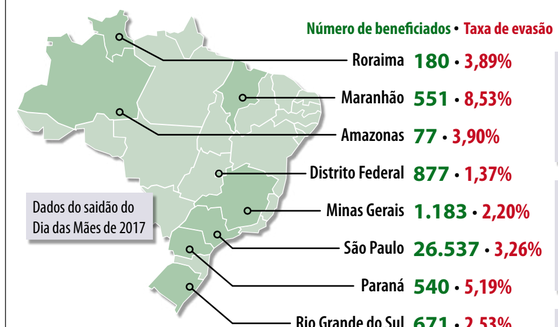
O projeto prevê ainda aumentar o tempo de cumprimento da pena requerido para o gozo do saidão. Atualmente, os infratores podem sair após cumprir um sexto da pena (ou após um quarto, no caso dos reincidentes). O texto de Alcolumbre propõe o cumprimento de um terço da pena (ou metade, no caso dos reincidentes).

— Não buscamos simplesmente dificultar a concessão da saída temporária do condenado, mas mostrar-lhe da importância de cumprir a pena com comportamento adequado para ser beneficiado com novas autorizações — argumentou o senador.

Luiz Silveira/Agência CNJ

Presos em casa de detenção do Recife: superlotação das penitenciárias brasileiras dificulta a reabilitação dos criminosos

Os saidões e a evasão



Estados sem o benefício: Amapá, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Alagoas e Sergipe

Tocantins informou que usa tornozeleiras e teve evasão zero, mas não informou número de beneficiados

Outros estados não informaram os dados

Fonte: Secretarias de Segurança Pública dos estados

Preconceito

De volta ao convívio social — no saidão, no regime semiaberto ou aberto ou então em liberdade —, o transgressor encontra o preconceito. Segundo o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, 57% da população brasileira em 2015 concordava com a frase "bandido bom é bandido morto".

— Quando o sujeito sai [da prisão], mesmo já tendo cumprido a pena, ele muitas vezes não é aceito pela família nem pela comunidade e muito menos pelo mercado de trabalho. O preconceito é muito grande. As pessoas acham que, por ter cometido o crime uma vez, ele vai ser eternamente criminoso — diz o psicólogo e professor do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB) Mário Ângelo Silva.

Se por um lado a reinserção necessita do perdão da sociedade, como assinala o coordenador-geral de alternativas penais do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Talles Andrade de Souza, por outro é preciso considerar o efeito provocado no imaginário dos cidadãos pela ideia de conviver com autores de crimes.

— Nós precisamos acreditar que todos os sujeitos têm condição de rever suas trajetórias — propõe Andrade de Souza.

O sociólogo Lúcio de Brito Castelo Branco contrapõe:

— Você daria emprego a um bandido acusado de estupro, latrocínio?

A opinião do sociólogo, vista com antipatia por pessoas que creem na ressocialização, é mais parecida com a do senso comum.

— Quem tem preconceito em relação à sociedade é o bandido. Com essa história romântica e de alta periculosidade dos chamados direitos humanos que defendem o banditismo, o crime, convencionou-se dizer que a sociedade é preconceituosa, que a pobreza é culpada do crime. Isso é um absurdo — opina.

O professor Silva, da UnB, admite que a vulnerabilidade social não é justificativa para a criminalidade. Por outro lado, vê no combate à pobreza um ingrediente para a diminuição da criminalidade.

— É preciso investir em políticas sociais para que o cidadão possa ter uma vida normal, sem precisar transgredir. Pobre tem muita dificuldade de acesso à educação, à saúde e ao trabalho — frisa o psicólogo.

De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), 75% dos encarcerados estudaram somente até o ensino fundamental.

A pesquisa aponta que apenas 12% das pessoas presas cometeram crimes hediondos. A maioria, 66%, foi condenada por tráfico (28%), roubo (25%) ou furto (13%). Ainda assim, o pequeno traficante de drogas é chamado pelo mesmo qualificador atribuído a assassinos e estupradores: bandido.

Fotos: Marcos Oliveira e Edilson Rodrigues/Agência Senado

Alcolumbre, autor de texto sobre saidão, e Cristovam, que quer incentivar leitura

Maria do Carmo, autora, e Ângela, relatora de texto sobre hortas em prisão

— O que se vê nas prisões é um acúmulo de pessoas com perfis muito diferenciados, desde o ladrão de um xampu no supermercado até o assaltante de banco. Essa convivência lá dentro faz com que haja resistência. É preciso separar o joio do trigo — analisa Silva.

Reincidência

O medo entranhado na sociedade se reflete nas perspectivas de reinclusão do infrator, mesmo que ele tenha um nível de periculosidade baixo. O Depen não tem nenhum dado oficial que aponte a taxa de reincidência criminal no país, mas Andrade Souza estima que 70% dos egressos voltam a cometer crimes.

— O sistema funciona como um catalisador, aprofundando as vulnerabilidades sociais e muitas vezes motivando as dinâmicas criminais — afirma.

Em 2015, o Ipea publicou uma pesquisa sobre reincidência. O estudo abrangeu apenas a reincidência legal (aquela em que o indivíduo é condenado por um novo crime até cinco anos após a extinção da pena anterior). Entre os 817 processos analisados, foram constatadas 199 reincidências do tipo legal — média de 24,4%.

Ressocialização

Em Brasília, o trabalho de reinserção social começa na Funap. A entidade oferece cursos de capacitação profissional aos presos nos regimes fechado, semiaberto e aberto, por meio de parcerias com o governo local e empresas privadas.

Atualmente, 1,3 mil condenados exercem algum tipo de atividade remunerada. Para conseguir essas parcerias, um incentivo é dado às empresas, que são isentas do 13º salário, das férias e de toda a carga previdenciária. Os presos recebem 75% do salário mínimo.

Segundo a diretora da Funap, Dilma Imai, o regime de contratação de presos não precisa estar submetido à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Fotos: Jefferson Rudy/Agência Senado

Andrade de Souza, coordenador do Depen, e Castelo Branco, sociólogo

— O reeducando custa para a empresa em média R$ 770. Hoje nós temos cerca de 80 contratos com empresas públicas e privadas e estamos procurando mais empresas — informa Dilma, chamando a atenção para o fato de que 700 presos aguardam a oportunidade.

Embora não garanta vida longe da transgressão, o trabalho colabora muito para diminuir a reincidência, afirma a assistente social da Funap Sara Tardin:

— Falar de estatística é complicado, mas, pela minha expertise, nós conseguimos ressocializar 50% [dos presos assistidos] de forma que não reincidam.

Senado

Tramitam no Senado dois projetos que tratam de atividades dentro do sistema prisional. O PLS 117/2017, da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), institui o cultivo de hortas orgânicas nas dependências dos estabelecimentos penais. Ela sugere que a produção seja consumida na própria unidade ou enviada a instituições de caridade.

— O trabalho nas hortas funciona como medida terapêutica, além de contribuir para a reconstrução dos laços sociais do detento quando ele retomar uma função na sociedade — afirma.

A senadora Ângela Portela (PDT-RR), relatora do projeto, deve apresentar seu parecer — favorável — à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ainda nesta semana.

— O trabalho, além de ser um meio de ressocialização do condenado, propicia que ele participe do desenvolvimento social e econômico da comunidade no qual está inserido, ocupando de forma produtiva o tempo ocioso no interior do estabelecimento prisional e, consequentemente, diminuindo os efeitos criminógenos da prisão — argumenta Ângela.

O PLS 208/2017, do senador Cristovam Buarque (PPS-DF), estabelece a redução da pena por meio da leitura de livros. A medida já vem sendo executada com base em uma portaria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mas o senador quer garanti-la em lei.

Cristovam propõe a redução de quatro dias de detenção a cada livro comprovadamente lido. Atualmente, a Lei de Execução Penal só permite a diminuição de pena no caso em que o condenado estude formalmente ou trabalhe, descontando um dia de prisão a cada 12 horas de frequência escolar ou três dias trabalhados.

— A simples leitura não é suficiente para recuperar o preso, mas ajuda. O estudo permite que ele encontre uma maneira de se inserir na sociedade depois que sair do sistema — disse o senador.

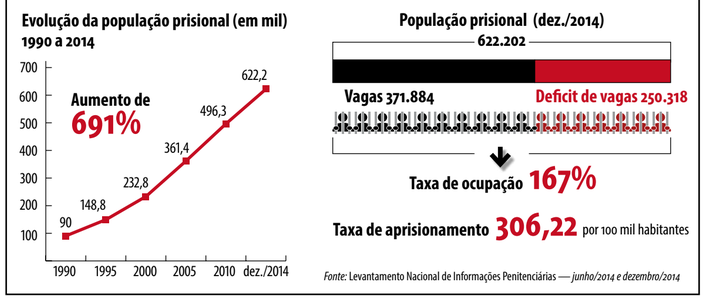
O projeto está na CCJ, onde aguarda designação do relator.

Pedro França/Agência Senado

Dilma Imai, diretora da Funap, pede que empresas contratem presidiários

Vagas e número de detentos

O Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, da China e da Rússia

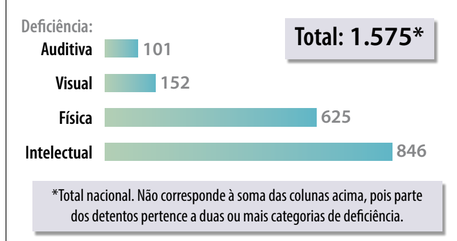


Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias — *junho/2014 e dezembro/2014*

Pedro França/Agência Senado

Raimundo Gomes, que cumpre pena no regime aberto e trabalha como garçom

Detentos portadores de deficiência



*Total nacional. Não corresponde à soma das colunas acima, pois parte dos detentos pertence a duas ou mais categorias de deficiência.

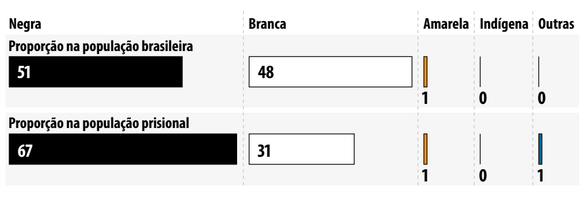
Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – *junho/2014*

O perfil da população prisional

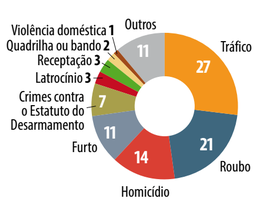
A maior parte dos presidiários do Brasil tem baixíssimo nível de instrução e é da raça negra. O tráfico de drogas e o roubo respondem por 48% das condenações

Escolaridade (%)

Raça, cor ou etnia (% na população brasileira e no sistema prisional)



Tipos de crime (%)



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – *junho/2014*

Saiba mais

Lei de Execução Penal
http://bit.ly/expenal

Rádio Senado
http://bit.ly/leiturapresos

Funap
http://bit.ly/fpresos

Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
http://bit.ly/infopen14

Anuário Brasileiro de Segurança Pública
http://bit.ly/segpub2016

Minas e Pará debatem royalties sobre minério

Relator da MP que muda alíquotas da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais afirma que governo pode receber 80% a mais com a alteração do tributo

A COMISSÃO MISTA encarregada de analisar a medida provisória que altera as alíquotas da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), o royalty cobrado das empresas de mineração, faz audiência hoje, a partir das 14h.

Foram convidados o advogado tributarista Helenilson Pontes (ex-vice-governador do Pará entre 2011 e 2104), representantes da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig), da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais (Amig) e da Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

No requerimento para o debate, o relator da MP 789/2017, deputado Marcus Pestana (PSDB-MG), cita a exposição de motivos do governo ao enviar a medida ao Congresso. A Cfem, de acordo com o Executivo, possui problemas que dificultam sua boa execução e gestão, necessitando por isso ser alterada.

O deputado calcula que a aprovação da MP pode elevar a arrecadação anual da Cfem em 80%.

Segundo ele, os problemas da legislação têm causado inúmeros questionamentos na Justiça.

"Esses questionamentos comprometem a arrecadação da Cfem, provocando interrupções no fluxo arrecadatório e aumentando o nível de incerteza dos estados e municípios. O novo modelo assegura a captura pelo Estado das flutuações positivas nos preços, garantindo também às empresas a segurança jurídica para que possam operar", defendeu.

José Cruz/Agência Brasil

Medida provisória muda alíquotas e a forma de cálculo da Cfem, o royalty das empresas de mineração em operações do mercado interno e exportações

O que diz a MP

De acordo com o texto enviado pelo governo, as alíquotas da Cfem deverão variar entre 0,2% e 4%. Para o ferro, a alíquota será de 2% a 4%, dependendo do preço na cotação internacional.

Os minérios restantes ficaram com as seguintes alíquotas: 3% para nióbio, diamante, potássio, manganês, bauxita e sal-gema; 0,2% para os extraídos de lavra garimpeira; 1,5% para rochas, areias, cascalhos, saibros e outras substâncias de uso imediato na construção civil; e 2% para aqueles cuja alíquota será definida com base na cotação internacional do produto.

A MP ainda determina a incidência das alíquotas sobre a receita bruta, e não mais sobre a receita líquida, como acontece hoje.

No caso de venda, a Cfem incide sob a receita bruta, deduzidos os tributos que recaem sobre a comercialização.

Já para consumo, a alíquota incide sobre a receita calculada, considerando o preço corrente do minério, de seu similar no mercado ou o preço de referência definido pela Agência Nacional de Mineração (ANM).

Exportações

Nas exportações para países com tributação favorecida, a Cfem recai sobre a receita calculada. Em leilões públicos, a alíquota recai sobre o valor da arrematação. No caso da extração sob lavra garimpeira, sobre o valor da primeira aquisição do minério.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Pesquisa em mineração terá duas audiências públicas esta semana

A comissão mista que analisa a medida provisória (MP) 790/2017, que altera regras para pesquisa no setor de mineração, fará duas audiências públicas nesta semana.

O debate de hoje, previsto para começar às 16h, será com representantes do Ministério de Minas e Energia, do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM) e da Secretaria de Meio Ambiente Sustentabilidade do Pará, além do avogado Adriano Drummond Cançado Trindade.

Amanhã, também às 16h, está prevista a presença de integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), da WWF Brasil, do Greenpeace e da Associação Brasileira da Indústria de Águas Minerais (Abinam).

A MP 790/2017 modifica 23 pontos do Código de Mineração (Decreto-Lei 227/1967).

Uma das alterações é a ampliação do prazo para a realização de pesquisa mineral, que será de dois a quatro anos. Hoje é de um a três anos.

A MP também estabelece expressamente a responsabilidade do minerador de recuperar as áreas ambientalmente degradadas, bem como eleva o valor das multas aplicadas para quem desrespeitar as normas do Código de Mineração, que vai variar de R$ 2 mil a R$ 30 milhões. Hoje, o limite é de R$ 2,5 milhões.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Comissão pode votar hoje destinação para óleo de cozinha

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) deve analisar hoje o projeto que inclui o óleo de cozinha na lista de produtos do sistema de logística reversa. O autor do PLS 75/2017, senador José Medeiros (Pode-MT), argumenta que o descarte inadequado de óleo de cozinha acarreta diversos problemas ambientais, os principais estão relacionados à poluição de rios e ao entupimento de redes de esgoto. Ele afirma que ainda se desperdiça um insumo que pode ser reutilizado, por exemplo, na produção de biocombustíveis.

A proposta determina que fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos façam a coleta, o reaproveitamento e a destinação ambiental correta. Em entrevista à Rádio Senado, Medeiros disse acreditar que a nova política pública poderá se tornar referência internacional.

De acordo com a proposta, caberá aos consumidores devolver produtos e embalagens após utilizados aos comerciantes ou distribuidores. O projeto ainda prevê o estabelecimento de prazos para a criação de postos de coleta, campanhas educativas e a lista de pessoas físicas e jurídicas que realizem esse tratamento.

Em seu relatório pela aprovação do projeto, Cristovam Buarque (PPS-DF) cita um estudo da Companhia de Saneamento Básico de São Paulo (Sabesp), indicando que um litro de óleo de fritura polui mais de 25 mil litros d'água.

"Quando despejados em pias e ralos, os óleos e gorduras entopem as instalações sanitárias e as redes de esgoto municipais, inclusive elevando os custos de manutenção. E quando são lançados ao meio ambiente, provocam a multiplicação de micro-organismos que consomem oxigênio, podendo causar a morte da fauna", afirmou Cristovam.

Mesa do Senado Federal

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário:
Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,
Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

Secretaria de Comunicação Social

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

Secretaria Agência e Jornal do Senado

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Site: www.senado.leg.br/jornal — E-mail: jornal@senado.leg.br — Twitter: @SenadoFederal — facebook.com/SenadoFederal
Tel.: 0800 612211 — Av. N2, Bloco 11 do Senado Federal, 70165-920, Brasília, DF

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Geraldo Magela/Agência Senado

Intenção de Paulo Paim *(C)*, que presidiu a audiência, é apresentar a primeira versão do projeto em 1º de maio

Debate: lei trabalhista tem que resgatar dignidade

Especialistas ouvidos ontem na Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho apontaram incoerências e inconstitucionalidades na recém-aprovada reforma, que entra em vigor em novembro

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA interativa da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (CDHET) ontem, especialistas defenderam uma nova legislação trabalhista, que respeite princípios como a dignidade da pessoa humana.

O colegiado é uma subcomissão da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O estatuto é uma proposta de Paulo Paim (PT-RS) para substituir as atuais leis trabalhistas, sobretudo a recém-aprovada reforma (Lei 13.467/2017), que entra em vigor em novembro, alterando a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O senador, relator da subcomissão, prometeu para 1º de maio a primeira versão do projeto do estatuto, após a realização de outras audiências como a de ontem.

— A intenção é deixar a sociedade debater para votar [o projeto] só no próximo Congresso, eleito em 2018. Porque com este aqui não temos a mínima chance de aprovar nada decente — previu Paim.

Para o procurador regional do Trabalho da 10ª Região, Cristiano Paixão, o Estatuto do Trabalho, ou qualquer legislação trabalhista que venha a suceder a atual, "tem que resgatar e reafirmar o compromisso da Constituição de 1988 com o valor social do trabalho, a dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades". A diretora de Prerrogativas do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Francimary Oliveira Michiles, também citou a dignidade da pessoa como um dos princípios "basilares" para o projeto de estatuto.

Lei incoerente

Os participantes criticaram a lei recém-sancionada, apontando o que consideram incoerências e inconstitucionalidades. Segundo o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Augusto César Leite de Carvalho, quando a lei entrar em vigor haverá situações em que os juízes terão que aplicar nas decisões o direito civil, e não o novo texto legal. Ele deu como exemplo o caso de um empregado em regime de teletrabalho (ou seja, que trabalha a distância, em casa) cuja jornada ultrapasse o previsto em contrato:

— O que vamos aplicar é o princípio da primazia da realidade, o artigo 167 do Código Civil: quando há uma simulação de contrato, o que vale é contrato não simulado. A lei não pode mudar a realidade — afirmou o ministro.

Para o diretor legislativo da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Paulo da Cunha Boal, o governo iludiu os empresários, fazendo-os crer que alguns itens da nova lei acabam com o risco de ações trabalhistas — por exemplo, ao excluir da jornada de trabalho os minutos gastos para vestir o uniforme ou a caminho do serviço, em meio de transporte fornecido pela empresa:

— Estão vendendo algo que não podem entregar. Entregaram ao empresariado um projeto dizendo: "Resolvemos todos os problemas que vocês tinham". Isso é uma falácia.

A secretária de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Graça Costa, e a representante da Intersindical, Anjuli Tostes, afirmaram que os sindicatos lutarão para que a reforma sancionada seja anulada:

— Estamos nos organizando para olhar cada item da lei. Aquilo que pode ser questionado nós vamos questionar. Vai ter um processo de resistência também no âmbito judicial. A luta vai ser árdua — disse Graça.

Pesquisa agropecuária é tema de audiência

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) promove hoje audiência pública interativa para debater a pesquisa agropecuária sob a ótica do setor agroindustrial e da extensão rural. A reunião tem início às 11h na sala 7 da Ala Alexandre Costa.

Foram convidados representantes da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

A iniciativa é de Ana Amélia (PP-RS) e Ivo Cassol (PP-RO), que preside o colegiado. O senador observa que, apesar das grandes conquistas de ocupação produtiva do território nacional e do aumento extraordinário de produtividade da agropecuária, o Brasil tem enormes desafios no que diz respeito ao desenvolvimento científico e tecnológico no setor.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Fechamento de bancos postais será discutido hoje

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) realiza hoje audiência pública sobre o fechamento de 1.300 agências de bancos postais dos Correios.

Fátima Bezerra (PT-RN) justificou, ao solicitar a audiência, que os bancos postais atuam na condição de correspondentes bancários do Banco do Brasil, promovendo a inclusão bancária e garantindo às populações dos municípios mais afastados vários serviços que só poderiam ser realizados em agências bancárias.

A senadora ressaltou que o fechamento acarretará prejuízo irreparável para a população, que ficará sem acesso a serviços bancários e precisará deslocar-se para cidades com agências.

— Retirar a prestação de serviços por essas agências dos Correios nos pequenos municípios é deixar a população ainda mais vulnerável à violência, sobretudo os idosos que terão que se deslocar quilômetros para receber seus benefícios.

Foram convidados o presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Guilherme Campos, o presidente do Banco do Brasil, Paulo Rogério Caffarelli, o presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski, e o secretário-geral da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares, José Rivaldo da Silva.

Segurança hídrica

O colegiado também deve votar plano de trabalho para avaliar as políticas públicas sobre segurança hídrica e gestão das águas nas Regiões Norte e Nordeste. Para Fátima, essa avaliação é fundamental diante das crises hídricas enfrentadas pela população do semiárido, que abrange a maior parte do Sertão e do Agreste, em 1.133 municípios de nove estados.

— Analisar o andamento das obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco será um dos principais elementos da avaliação, sobretudo quanto ao modelo de gestão de águas e aos recursos orçamentários para assegurar o abastecimento das populações a serem beneficiadas pelo projeto — disse a senadora.

Para avaliar essas políticas públicas sobre segurança hídrica, a comissão pretende coletar dados de diversos órgãos, realizar audiências públicas e analisar legislações correlatas. O plano prevê a elaboração de um relatório da avaliação, para subsidiar a CDR até o final da sessão legislativa.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Garantia de sinal de celular em estradas será votada hoje

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) volta a analisar hoje projeto que obriga as telefônicas a garantir a cobertura de sinal de celular nas rodovias estaduais e federais. O PLS 5/2017, aprovado na semana passada, precisa passar por turno suplementar de votação porque o texto original foi alterado pelo relator, Otto Alencar (PSD-BA).

De acordo com o projeto, a autorização para as empresas prestarem serviços de telecomunicações móveis de interesse coletivo ficará condicionada à obrigação de cobertura de toda a extensão dessas estradas, na área que for objeto da outorga. Se confirmado pela CCT e se não houver recurso para ir ao Plenário, o texto segue para a Câmara dos Deputados.

A cobertura, conforme o texto, pode ser compartilhada, desde que abranja todos os usuários das diferentes operadoras, sem custo adicional para eles. Os custos da mudança, que não possam ser recuperados com a exploração do serviço, serão cobertos pelo Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). O prazo máximo para implantar o projeto é de cinco anos.

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), autor do projeto, salienta que a falta de cobertura dos serviços de telefonia móvel ao longo das rodovias gera prejuízos, como no caso de acidentes nos quais viajantes não têm como acionar o socorro. Ele também mencionou o transporte de cargas, que ganharia segurança com a possibilidade de rastreamento mais barato. Atualmente, eles usam as comunicações via satélite, que encarecem o custo das mercadorias. Outro ponto positivo destacado é a garantia de conectividade a regiões isoladas do país. O substitutivo de Otto estabelece que a exigência vale apenas para as futuras outorgas de telefonia móvel.

Pesquisador quer exame de aptidão no Pronatec

De acordo com estudioso do Ipea, prova dirigida para alunos antes do início das aulas definiria os cursos mais indicados para eles e, dessa forma, reduziria índices de evasão

PARA REDUZIR A evasão no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), os participantes de uma audiência pública organizada ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) sugeriram a realização de um exame de aptidão no início e no final dos cursos.

O Pronatec tem como objetivo democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores.

Segundo o chefe da Assessoria Técnica da Presidência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Lucas Ferreira Mation, o teste inicial não seria para determinar quem entra ou não, mas para decidir qual é o curso mais adequado para a pessoa, de modo a evitar desistências. O teste final avaliaria o aprendizado.

— É importante a gente avaliar para melhorar a efetividade das políticas — disse.

Portal

Com o objetivo de fortalecer a gestão do Pronatec, Mation sugeriu a realização das inscrições por meio de um portal centralizado, como já acontece com o Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Em sua opinião, a mudança diminuiria as falhas do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec), que recebe informações de diversos provedores.

O secretário de Inovação e Novos Negócios do Ministério da Indústria, Marcos Vinícius de Souza, ressaltou que, "infelizmente, entra quem quer nos cursos", mas que, nos cursos mais exigentes, as pessoas acabam saindo porque não conseguem acompanhar.

— Um correto nivelamento inicial para saber se a pessoa consegue ou não acompanhar aquele curso já reduziria bastante a evasão — defendeu.

Jefferson Rudy/Agência Senado

O senador Roberto Muniz *(3º à esq.)* conduz audiência sobre o Pronatec: em debate, formas de reduzir evasão

Custos

Os convidados da audiência ressaltaram que os cursos têm que ser atualizados e alinhados com as demandas do setor produtivo e acrescentaram que a evasão gera um custo muito alto não só para o governo, mas também para as empresas envolvidas.

Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, Almir Serra Martins Menezes Neto defendeu o aprofundamento de estudos para aperfeiçoar o foco, ou seja, decidir qual curso vai ser oferecido, onde e para qual tipo de público. Ele ressaltou a efetividade dos cursos de formação inicial e continuada da Bolsa-Formação do Pronatec e explicou que eles apresentam resultados em termos de empregabilidade e atingem um público que não é o mesmo dos cursos de longa duração.

Colegiado pode incluir direito à educação "ao longo da vida" na LDB

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) pode passar a estabelecer o conceito de educação e aprendizagem ao longo da vida, inserido como direito na educação de jovens e adultos (EJA) e na educação especial, destinada a pessoas com deficiência. A inovação está sendo trazida por um projeto de lei da Câmara (PLC 75/2017) que está na pauta de hoje da Comissão de Educação (CE).

De autoria do deputado federal Eduardo Barbosa (PSDB-MG), o PLC 75/2017 inclui o direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida como um dos princípios norteadores do ensino brasileiro. Também determina que a EJA constitui um instrumento permamente para quem não teve acesso ao estudo no tempo certo. Por fim, estipula que o dever do Estado em garantir a educação especial na primeira infância (0 a 6 anos) se estenda às pessoas com deficiência de todas as idades, em todos os níveis e modalidades de ensino.

Na justificação da proposta, Barbosa observa que o conceito de educação ao longo da vida é defendido por organismos internacionais e constitui pilar do processo de desenvolvimento contínuo dos cidadãos. Ao confrontar essa perspectiva com o contexto educacional brasileiro, o deputado lamentou o fato de oportunidades educacionais não estarem sendo adequadamente ofertadas às pessoas com deficiência, havendo pouco estímulo para que a EJA acolha esses estudantes.

O projeto recebeu parecer pela aprovação, com uma emenda do relator, senador Cristovam Buarque (PPS-DF). Na avaliação dele, o projeto moderniza a LDB.

— A modalidade de EJA tem como objetivo assegurar o inalienável direito à educação básica para aqueles que o tiveram negado na faixa etária própria. Infelizmente, essa é a situação de muitas pessoas com deficiência, que se viram marginalizadas do processo de escolarização durante a infância e adolescência por múltiplas razões — reconheceu Cristovam.

O relator assinalou ainda que o Estatuto da Pessoa com Deficiência/Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015) já incorporou o direito das pessoas com deficiência ao aprendizado ao longo da vida.

Junior Silgueiro/Seduc-MT

Alfabetização de adulto no RJ: texto defende acesso permanente a ensino

Articulação

A emenda ao projeto procurou articular a EJA e a educação especial na promoção da aprendizagem ao longo da vida à luz dos preceitos definidos pela LDB para o ensino especial. Assim, o atendimento ao estudante com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação deverá ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino.

Segundo dados do Censo 2010, 61% da população com 15 anos ou mais com alguma deficiência não tinha instrução ou não tinha concluído o ensino fundamental. Entre os maiores de 15 anos sem deficiência, esse percentual era de cerca de 38%.

Depois de passar pela CE, o projeto será analisado pelo Plenário do Senado.

DÊ SUA OPINIÃO

Projeto acaba com aprovação automática nas escolas

Começou a tramitar no Senado o PLS 336/2017, que proíbe a chamada "progressão continuada" e torna obrigatório para todas as escolas a realização de avaliações de desempenho dos alunos para que eles possam avançar de série. Do senador Wilder Morais (PP-GO), o projeto será examinado pela Comissão de Educação (CE), onde terá decisão final. Se aprovado, poderá seguir para a Câmara dos Deputados, a menos que seja apresentado recurso para análise pelo Plenário do Senado.

Para o autor, a progressão continuada virou promoção automática, sem necessidade de avaliação, o que ocasionou problemas à educação no país.

Qual a sua opinião sobre o projeto? **Vote em**: http://bit.ly/PLS91-2017

- Todas as propostas que tramitam no Senado Federal estão abertas à consulta pública por meio do Portal **e-Cidadania**: senado.leg.br/ecidadania
- Comente também na página do Senado no **Facebook**: facebook.com/senadofederal

Comissão de Educação sabatina indicado para diretoria da Ancine

A Comissão de Educação e Cultura (CE) vai sabatinar hoje o advogado Alex Braga Muniz, indicado para o cargo de diretor da Agência Nacional do Cinema. A vaga resultou da renúncia de Sérgio Sá Leitão, que tornou-se ministro da Cultura.

Nascido em 1978 e formado em direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Alex Braga Muniz é membro da Advocacia-Geral da União desde 2002 e atua na Ancine desde 2003.

Também será votado pela CE, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado que confere o título de patrimônio cultural às seleções brasileiras de todos os esportes e categorias, masculinas e femininas (PLS 444/2016).

Romário (Pode-RJ), autor do projeto, aponta o sucesso dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro em 2016 e argumenta que o esporte "é parte integrante e ativa de nosso modo de viver, de celebrar e de compreender o mundo".

O relator do projeto na CE, José Medeiros (Pode-MT), concorda. Segundo ele, como patrimônio cultural, as seleções esportivas "poderão usufruir das ações governamentais voltadas à salvaguarda da nossa cultura".

Veja na pág. 2 como acompanhar a sabatina e participar da reunião